



CUT
FENAMETRO

INTEGRANDO

**BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES METROVIÁRIOS
E CONEXOS DE MINAS GERAIS – SINDIMETRO**

Rua Caetés, 530 - Conj.1021/1022 - Centro - PABX-3271-2869

www.sindimentromg.org.br sinmetro@sindimentromg.org.br

ANO XVI – Nº 009 – JUNHO DE 2007

SITUAÇÃO NACIONAL

A “bandalheira” continua a todo vapor

De declaração em declaração, da corrupção aos escândalos, o país assiste à crise das instituições.

O povo, por sua vez, tem menos direito ao ensino público de qualidade, à saúde decente, ao transporte e está cada vez mais prisioneiro da política de privatizações (agora, através das Parcerias Público-Privadas, as PPPs), com mais ataques aos seus direitos. E tudo isso no governo Lula!!

A chamada “crise aérea” é, no momento, a que evidencia de maneira clara a falta de investimentos de anos e anos do governo federal - gerando uma situação de desmantelamento dos serviços -, combinada com a pressão dos grandes empresários (de multinacionais) que não cansam de fazer “lobby” no Congresso Nacional pedindo a privatização da Infraero.

O lamentável é que mesmo diante da falta de investimentos, de equipamentos sucateados, das

péssimas condições de trabalho, o governo Lula quer jogar toda a responsabilidade da crise nas costas dos controladores de voo!

É evidente o descompromisso dos políticos: o Ministro Guido Mantega acha que essa é a demonstração da “vitalidade” econômica do país (vejam vocês, caos para o Ministro da Fazenda é sinônimo de “crescimento”!!); já a Ministra do Turismo, Marta Suplicy, pensa que o melhor é “relaxar”... É uma vergonha!

O Congresso Nacional, por sua vez, vai muito bem no “quesito” escândalos e corrupção! E a cada dia que passa o povo brasileiro percebe que a maioria dos parlamentares está comprometida até o pescoço com os interesses dos grandes empresários, latifundiários e até mesmo com o narcotráfico, já denunciado anos atrás! No entanto, a impunidade continua...

Marcha a Brasília

Nesse quadro, restam a nós, trabalhadores, **cobrar do governo Lula** a mudança de rumo do país e exigir que suas reivindicações sejam atendidas. Não haverá país soberano sem eliminar a corrupção e resgatar os serviços públicos, mas isso não será possível com um governo “amarrado” ao que há de mais reacionário e retrogrado no cenário político nacional.

É preciso exigir que o governo Lula, que considera soberana a posição da Bolívia em relação ao gás, dê um passo na mesma direção no Brasil, tomando medidas para **REESTATIZAR E REVITALIZAR A RFFSA e ANULAR O LEILÃO DE PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE.**

Em relação a Vale, dirigentes sindicais e estudantis, parlamentares e personalidades estarão entregando, entre 04 a 08 de julho, os abaixo-

assinados exigindo o atendimento dessa reivindicação.

São centenas de milhares de brasileiros em todo o Brasil que fazem essa exigência.

Para agosto a CUT Nacional prepara uma caravana com base em 3 grandes reivindicações, a saber:

- Manutenção do veto a Emenda 3;
- Retirada da PLP 01 que congela os salários dos servidores públicos;
- Nenhuma Reforma na Previdência.

A CUT já solicitou audiência ao Presidente Lula com o intuito de entregar as reivindicações por ocasião da Marcha.

O **SINDIMETRO** fará todos os esforços para estar presente em mais essa luta dos trabalhadores brasileiros.

A Lei de Greve

Em reunião com a CUT e entidades filiadas (31/05), o governo se comprometeu a enviar, em dois meses, para ratificação no Senado, a Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que regulamenta a negociação coletiva com os trabalhadores do setor público.

Na mesma reunião, foi desautorizado o projeto de lei anti-greve da AGU (Advocacia Geral da União), por não representar “a proposta final do governo”.

O surpreendente é que passadas duas semanas, o governo pressiona para impor aos servidores federais “acordos”, nos quais as categorias aceitem o desconto dos dias parados. Entre os primeiros da lista estavam os servidores do Banco Central que se mantinham firmes na posição de não aceitar nenhum desconto de dia de greve. A categoria não aceita, em nenhuma hipótese, servir de exemplo para a legislação de greve que o governo quer impor aos servidores.

CAMPANHA SALARIAL

A comunicação com a categoria, desde a greve de 22 e 23 de maio, tem sido via assembléia e “mosquitinhos”. Por isso, o INTEGRANDO fez questão de voltar um pouco ao passado (ainda bem recente) para “refrescar” a nossa memória sobre o desenvolvimento da campanha salarial.

ATUALIZANDO OS FATOS

29 DE MAIO: Estivemos reunidos em Recife, para dar continuidade às negociações. Lá a CBTU apresentou sua proposta oficial sobre o acordo **BIANUAL**: 5,4% de aumento nos salários e benefícios, explicando que seria 3% relativo à inflação passada - de maio/06 a abril/07 - e o governo, acreditando na estabilidade econômica, adiantaria 80% da inflação futura, que seria de 2,4%, considerando que a previsão é 3% para o período de maio/07 a abril/08, voltando a discutir **novo somente em maio de 2009**.

30 DE MAIO: Por não concordarmos com a proposta da empresa, apresentamos nossa contra proposta: 6,28% sobre a folha de pagamento, dividida pelo número de empregados; incorporação do abono Plansfer para todos os empregados e 30 tíquetes já reajustados, para um acordo **ANUAL**.

05 DE JUNHO: Recife decreta greve por tempo indeterminado, com escala mínima acordada na Procuradoria do Trabalho de Pernambuco.

12 DE JUNHO: Atendendo a convocação da CBTU, nos reunimos em Brasília, onde a CBTU ofereceu mais uma vez 5,4% de aumento salarial e em todos os demais benefícios, introduzindo uma nova cláusula que asseguraria a reposição da inflação, caso atingisse determinado índice; incorporação do abono Plansfer na tabela salarial do cargo efetivo, à condição de abrimos mão do nível de merecimento de 20% da categoria a ser pago em janeiro de 2008. Essa proposta foi imediatamente descartada pelos Sindicatos, mas fizemos uma contra proposta: aceitávamos os 5,4%; a incorporação do abono Plansfer sem a retirada de qualquer direito do PBV (Plano de Benefícios e Vantagens), para um acordo **ANUAL**.

Foi a vez da CBTU não aceitar, argumentando que para um acordo **BIANUAL** poderiam ainda negociar, mas para um acordo **ANUAL** a proposta da empresa era somente de 3% de aumento nos salários e benefícios. Os Sindicatos, ainda na esperança de conseguir avançar nas negociações, solicitaram um prazo até o dia seguinte para apresentar uma nova proposta.

Estávamos na estaca ZERO visto que o problema se concentrava no acordo **BIANUAL**, já rejeitado por todos os Sindicatos. Diante desse quadro, nós, metroviários de BH, que já estávamos com assembléia antecipadamente marcada, decidimos entrar em greve acompanhando os companheiros de Recife.

13 DE JUNHO: Ao começarmos a reunião, a representante da CBTU recebeu uma ligação e dizendo-se surpresa com a decretação da greve de Belo Horizonte, suspendeu toda a negociação e propôs que recorrêssemos ao TST para ajuizarmos o Dissídio Coletivo.

Por que a insistência da CBTU em fazer um acordo BIANUAL?

- É para sermos os pioneiros nessa nova “modalidade” e com um acordo rebaixado servir de parâmetro para outras categorias, que ainda farão acordos após o nosso?
- Será que essa é a parcela de “contribuição” que o governo quer nos cobrar pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)? Sim, porque do funcionalismo público (municipal, estadual e federal) o governo Lula quer impor a “colaboração” a partir do Projeto de Lei Parlamentar (PLP 01) que os deixará durante **10 ANOS** apenas com a possibilidade de ter aumento real de salários, desde que não ultrapasse a “enorme” cifra de 1,5% ao ano!!
- Poderíamos apostar que o governo Lula estava “doidinho” para nos apresentar uma proposta igual a esta. A diferença é que o governo não tem como nos enfiar goela abaixo um “acordo” deste tipo. Já com o funcionalismo, ele se aproveita de mecanismos nada democráticos para impor um arrocho salarial sem precedentes! Foram 8 anos sem aumento real durante o governo FHC e, agora, o governo Lula quer “ganhar” mais essa na disputa em relação a governos anteriores... **10 ANOS!!** Em contrapartida, não faz a menor cerimônia em dar aos seus pares (cargos de confiança) reajustes “generosos” na ordem de 30 a 139%... E não venham dizer que essa foi a inflação do período!
- É, sem dúvida, uma “bela jogada” de quem quer dar andamento ao processo de regionalização/cisão. **Mantém uma política de rebaixamento salarial, nega um piso salarial decente, nega a revisão do PCS;** tudo isso para tornar “convdativa” uma possível concessão mais a frente!

AUDIÊNCIA NO TST

Atendendo a convocação, fomos ao TST no último dia 20. Lá, o Ministro Milton de Moura França, mediador do conflito, não quis tratar das negociações alegando que não tinha todas as informações, já que a CBTU não havia apresentado nada por escrito sobre essa questão. Então, preocupou-se apenas em relação à greve que fazíamos em Belo Horizonte, já que Recife havia encerrado a sua.

Quis saber se estávamos cumprindo escala mínima e em quais condições. Propôs que voltássemos a negociar com a STU/BH a questão da greve e disse que iria sugerir à Juíza que determinou a escala mínima que fizesse cumprir também na parte da tarde, para não prejudicar ainda mais a população. Se não conseguíssemos

chegar a um acordo sobre a greve, na 3ª feira (26/06) ele julgaria a questão.

Informado de que teríamos uma assembléia naquele dia, sugeri que tentássemos a suspensão da greve, voltássemos a negociar com a empresa e marcou para o próximo dia 10 de julho outra reunião de conciliação.

Caso não consigamos chegar a um acordo, o Ministro - que permanecerá como Presidente do TST até 15 de julho - encaminhará o Dissídio para julgamento, realizando o sorteio do relator do processo. Como o TST estará em recesso durante o mês de julho, funcionando apenas com plantões, o julgamento na melhor das hipóteses será marcado para agosto.

ESCLARECIMENTOS

A CBTU e o TST informaram que os Sindicatos não haviam entregado nem a Pauta de Reivindicações, nem a defesa. Realmente, o nosso advogado solicitou um prazo para juntar os documentos que ainda não havia recebido de todos os sindicatos (8 em todo Brasil). O que nem a CBTU, nem o TST informou é que a própria CBTU não havia apresentado a defesa nem sobre a greve, nem em relação à negociação e também solicitou um prazo para apresentação da documentação!

Não sabemos o que levou o TST a se omitir, mas qual o sentido da CBTU também “esquecer” do assunto em seu site na internet? Por acaso pretende jogar os trabalhadores contra os seus sindicatos?

O fato é que o Ministro concedeu a **AMBOS (Sindicatos e CBTU)** o prazo até o dia 26 de junho para apresentarmos toda a documentação sobre a greve e a defesa em relação às cláusulas da Pauta de Reivindicações.

Avaliamos o cenário da reunião no TST e os Sindicatos presentes, juntamente com o advogado, Dr. Antonio Alves Filho, encaminharam, particularmente à assembléia de BH, a proposta de suspensão da greve, com o objetivo de tentar, mais uma vez, realizar novas negociações com a CBTU.

VIGÊNCIA DO ACORDO COLETIVO

Diferentemente da Trensurb (empresa estatal federal, também ligada ao Ministério das Cidades), que mesmo antes do início das negociações garantiu 60 dias de vigência do Acordo aos seus trabalhadores (até 30 de Junho), a CBTU garantiu inicialmente 30 dias (31 de maio) e após algumas rodadas de negociações deu mais 15 dias. Ou seja, duas empresas estatais, do mesmo governo com tratamento diferente!!

É grave ver um governo que se diz do trabalhador realizar esse tipo de “pressão”, pois nem o governo FHC usou desse artifício para pressionar os trabalhadores! Eles sempre encaminharam - antes mesmo da abertura das negociações - a garantia da vigência do Acordo **ATÉ O FECHAMENTO DO NOVO.**

Fazendo isso a CBTU pressiona os trabalhadores a aceitar qualquer proposta para não ficar sem o já conquistado. É de uma perversidade abominável, vinda de um governo dirigido por um antigo sindicalista!!

É sempre bom lembrar que começamos as negociações somente a partir de 10 de abril (não

por responsabilidade dos Sindicatos) e discutimos cláusula a cláusula (até as históricas), com a CBTU tentando rebaixar várias das nossas conquistas.

Sem a manutenção da vigência do Acordo, no entendimento da CBTU, após 15 de junho todos os benefícios registrados e garantidos no Acordo Coletivo **deixam de existir** tais como tíquetes, AMO, Auxílio Creche e Materno Infantil, Quebra de Caixa, Adicional de Apontador, etc.

Previendo uma postura mais radical da CBTU em cortar esses benefícios, fizemos um requerimento ao Ministro Relator e entramos com um pedido de cautelar no Tribunal Regional do Trabalho, solicitando a garantia do pagamento dos benefícios até o julgamento do Dissídio.

É a famosa política da “faca no pescoço” do trabalhador! Mas, é evidente, que os dirigentes da CBTU não estão “nem aí” com isso!! Seremos nós, mais uma vez, que vamos cobrar do governo Lula coerência e exigir que pare com os ataques aos trabalhadores. Não foi para isso que 58 milhões de brasileiros o colocaram à frente de um 2º mandato!

A RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES

No dia 25 de junho os Sindicatos da base da CBTU receberam carta da empresa, convocando para mais uma negociação em 28 de junho (quinta-feira) em Brasília. No dia seguinte, porém, a reunião foi suspensa, sob a alegação de que o DEST ainda não havia dado o “sinal verde”. Como temos até 10 de julho... vamos aguardar!

Os Sindicatos, por sua vez, procurando tornar a negociação realmente produtiva, encaminharam uma contra proposta à apresentada até o momento que reivindica:

- *Incorporação na tabela efetiva do Abono Plansfer (R\$39,73);*
- *Após incorporação, reajustar a tabela e os benefícios em 7% (sete por cento);*
- *Aumento real de 3% (três por cento), que representaria 1,5% (um e meio por cento) relativo ao período de 2006/2007 e 2007/2008;*
- *13 cartelas de 30 tíquetes, no valor já reajustado, totalizando R\$ 526,45 (quinhentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos) mensais, com a 13ª cartela creditada no cartão refeição/alimentação na 1ª quinzena de dezembro de 2007 e 2008.*
- *Pagamento de 1% (um por cento) do salário para todos os empregados, para cada ano de serviço, após o recebimento do 1º quinquênio.*

A carta também solicita que a CBTU reveja sua posição em relação a vigência do Acordo. Realizar uma verdadeira negociação passa por “tirar da frente” qualquer medida que constrija as partes. Os metroviários suspenderam a greve. Agora, é a vez da CBTU suspender a “faca no pescoço” da vigência do Acordo Coletivo!

ASSEMBLÉIA GERAL

Independente do fato de termos ou não reunião de negociação com a CBTU, a assembléia marcada para o dia 28 de junho está mantida.

O **SINDIMETRO** quer a categoria informada, em particular em relação à questão da vigência do Acordo.

Para que ninguém esqueça, aí vai mais uma vez o megafone da convocação...

**28 DE JUNHO (QUINTA-FEIRA)
ÀS 17:30 HORAS
NA PRAÇA DA ESTAÇÃO**



ELEIÇÕES NA REFER

Em julho haverá eleições para o Conselho Deliberativo e Fiscal da REFER e será importante a participação dos empregados da CBTU no destino da Fundação.

Hoje, a REFER tem 8 patrocinadoras: a própria RFFSA, que devido a extinção passará para a VALEC, além da CBTU, CPTM, CENTRAL, METRO-RJ, METROFOR, CTS e a própria REFER. São várias patrocinadoras, cada uma com características próprias em relação ao número de assistidos e ativos, porém, todas têm um problema em comum: dívidas que ameaçam o futuro da Fundação.

Na estrutura de um Fundo de Pensão, o Conselho Deliberativo é o órgão máximo, a quem cabe promover ações visando a viabilidade sócio-econômica e o bem-estar dos participantes ativos, assistidos e dos seus funcionários.

Nessa eleição, o que estará em jogo é a preservação da entidade. Será preciso eleger representantes comprometidos com a retomada do pagamento das dívidas, com a reformulação necessária do estatuto, visando transparência e a maior participação dos beneficiários na entidade.

O **SINDIMETRO**, oportunamente, apresentará seus candidatos comprometidos com a defesa dos direitos dos trabalhadores na REFER.